

Ação Afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros

SALVADOR, Andréia Clapp. *Ação Afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011, 200p.

Por Tânia Horsth Noronha Jardim¹

Em sua obra *Ação Afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros*, Salvador busca responder algumas questões relativas ao programa de ação social, desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e registrar esta que é uma iniciativa pioneira no campo das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior. A PUC-Rio desenvolve seu programa desde 1994, com o intuito de possibilitar o acesso de camadas populares da sociedade aos cursos de graduação, priorizando estudantes oriundos do Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Assim, o livro, fruto da tese de doutoramento da autora, busca compreender dois aspectos: a gênese do programa afirmativo e o impacto deste na vida dos alunos beneficiados.

No primeiro capítulo, Salvador aborda a questão da desigualdade social no Brasil, com ênfase na desigualdade racial. Tal abordagem possibilita ao leitor compreender que a desigualdade brasileira, além de caracterizar-se pela naturalização do fenômeno, transcende aspectos meramente econômicos, estando condicionada, também, a variáveis como gênero, raça, etnia, entre outras. Esse estudo enfoca, prioritariamente, a questão racial, pois, a dimensão da desigualdade social brasileira se torna mais latente quando se coloca em discussão tal aspecto. A centralidade do recorte de raça, na dinâmica das desigualdades, é referência no debate das políticas de ação afirmativa que constituem, na atualidade, uma alternativa política direcionada ao enfrentamento das situações de desigualdade que atingem grupos subalternizados.

Em seguida, a autora faz referência a questões subjacentes à temática das políticas de ação afirmativa, trazendo à baila o dilema entre as políticas de reconhecimento e as políticas de redistribuição e os conceitos de igualdade e diversidade.

Para tal reflexão, Salvador recorre ao estudo da filósofa norte-americana, Nancy Fraser (2001), referência fundamental nesse debate, por analisar as alternativas políticas de redistribuição e reconhecimento indicando que o que as diferencia são dois tipos de injustiças: a injustiça econômica e a injustiça social. Segundo Salvador, as políticas de ação afirmativa, exemplo de política de reconhecimento, vêm recebendo diversas críticas, principalmente porque parte da sociedade desconhece sua eficiência. Tais políticas, baseadas em aspectos identitários e culturais, se caracterizam pela valorização das identidades desrespeitadas e são voltadas à redução das desigualdades sociais. Enquanto que as políticas redistributivas, mais tradicionais no Brasil, são dirigidas para redução das carências econômicas, ou seja, voltadas à garantia de igualdade econômica, por meio da redistribuição de renda. Salvador concorda com Fraser (2001) quando esta considera ser inimaginável existir uma única alternativa política, que possa responder a tantas desigualdades sociais, já que “tanto as políticas quanto seus remédios são dimensões que estão imbricadas dialeticamente” (SALVADOR, p.29). Não se trata, portanto, de reivindicar direitos iguais para todos, mas de pleitear a igualdade de participação de todos nas relações sociais, definindo o campo da justiça social como, ao mesmo tempo, redistribuição e reconhecimento, classe e estatuto das relações sociais.

No segundo capítulo, a autora situa historicamente a trajetória brasileira das políticas de ação afirmativa, especialmente aquelas voltadas à inclusão de estudantes negros e pobres no ensino superior das universidades do país, além de traçar seus objetivos e fundamentos. Destaca, ainda, um aspecto polêmico no debate acerca das políticas de ação afirmativa brasileiras, que é a influência norte-americana, demonstrando que, apesar desta influência, existe singularidade nas experiências desenvolvidas no Brasil. Para tanto, utiliza a análise de João Feres (2006) que apresenta argumentos justificando as políticas de ação afirmativa a partir dos exemplos da Índia e dos Estados Unidos. Salvador destaca que não existe um modelo único a ser seguido, mas um processo dinâmico e heterogêneo, que só se beneficiará do debate sobre questões teóricas e práticas que compreendem o campo das políticas de ação afirmativa. Ressalta, ainda, a importância de “conhecer para reconhecer”, sendo o reconhecimento fundamental para a intensificação do diálogo e da troca de experiências, sejam elas nacionais ou internacionais, com vistas ao avanço na construção de “políticas efetivas para a solução das desigualdades sociais brasileiras.

No capítulo seguinte, Salvador apresenta alguns aspectos determinantes para a emergência dos novos movimentos sociais e a importância da atuação destes para a constituição das políticas de ação afirmativa no Brasil. Assim, retoma a origem do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), suas principais influências, limites e possibilidades, enquanto núcleo central na elaboração e implementação do programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Discorre sobre a experiência da política de ação afirmativa da Universidade, além de apresentar sua gênese, o papel fundamental dos principais atores e suas motivações específicas e, ainda, como se deu o processo de consolidação dessa política realizada em parceria com o PVNC.

No quarto capítulo, a autora demonstra, através de seu estudo, que a política de ação afirmativa promove mudanças na dinâmica institucional, “principalmente porque atua nas relações interpessoais.” Ela analisa o impacto da política de ação afirmativa na vida dos estudantes universitários, mais especificamente na trajetória dos alunos bolsistas de ação social da PUC-Rio, e sua interferência no cotidiano da Universidade. Toma como eixo o conceito de alteridade, significando a relação com o outro, e, ainda, as categorias de estabelecidos e outsiders desenvolvidas por Norbert Elias (2000). Tais conceitos vêm auxiliar Salvador na compreensão das novas relações sociais, ocasionadas pelo convívio entre grupos diversos, e no registro das diferenças entre os “novos alunos” e os “alunos tradicionais”. Considerando que, como bem coloca a autora, “quando um grupo excluído de um espaço social é inserido nesse local, emerge uma situação de estranhamento, sentimento que aparece em ambos os grupos envolvidos no processo” (p.121). Este foi um dos principais impactos vivenciados pelos ex-alunos bolsistas de ação social da PUC-Rio, segundo relatos que fazem parte da pesquisa realizada por Salvador.

Dada a riqueza do material coletado e ao desejo da autora em reproduzir as entrevistas na íntegra, estas são apresentadas em três momentos: o começo da vida acadêmica; a vivência do aluno bolsista de ação social em sua trajetória universitária; e a vida do aluno depois da formatura. Os depoimentos, ricos em detalhes, emocionam o leitor ao trazer detalhes do cotidiano desse aluno na Universidade, momentos de alegria e de dor, de superação das adversidades, suas dificuldades e as de suas famílias. Ao mesmo tempo demonstram a importância do exemplo desses ex-alunos bolsistas para a democratização do campus da PUC-Rio, tradicionalmente uma instituição pertencente à elite econômica, e para a sua comunidade de origem. Conforme destaca a autora “a política de

ação afirmativa atingiu não só o aluno, mas também a família e a comunidade, o que leva ao caráter mais abrangente da própria política: o ex-aluno passou a desempenhar um novo papel social, depois de formado, como personalidade emblemática e como referência de mobilidade social” (p.177). E, como podemos constatar na fala de um ex-aluno bolsista:

(Choro) Era um sonho que a minha família não podia sonhar, então até hoje na minha comunidade, na minha casa, é como se fosse um troféu que todo mundo quer exibir. A repercussão disso é muito grande para quem veio de baixo.

Salvador finaliza seu estudo destacando que a razão pela qual o programa de ação social da PUC-Rio se caracteriza como uma política de ação afirmativa está em sua própria configuração: “é uma política privada de educação superior dirigida a grupos populares e, especialmente, estudantes de Pré-Vestibulares Comunitários, que gera a inserção de grupos historicamente excluídos por meios de mecanismos de inclusão: as bolsas de ação social”. A pesquisadora reitera sua assertiva apontando que ao caracterizar-se pela intervenção específica na situação de desigualdade social e nas condições de diferença – negros e carentes – consubstancia-se uma “ação afirmativa no campo da Educação Superior privada”. Além disso, a autora destaca que tal programa não adquiriu um viés assistencialista e nem se apresenta como uma “proposta caritativa de cunho religioso”, pois é fruto de uma parceria entre a Universidade e o PVNC, contudo este foi “influenciado por uma concepção religiosa baseada numa opção preferencial pelo pobre e comprometida com a transformação da situação de exclusão vivida pelo povo negro pobre e pelas demandas dos novos movimentos sociais que defendiam os direitos coletivos e culturais” (p. 173-174).

Ao fazer emergir a fala dos principais sujeitos responsáveis pela implementação da política de ação afirmativa da PUC-Rio, Salvador consegue transmitir ao leitor que a utopia, presente em cada um, saiu do campo das intenções para a realidade concreta. E, com isso, todos saíram ganhando: professores, “alunos novos” e “alunos tradicionais”, ou seja, a Universidade em sua totalidade. “Se hoje a PUC-Rio é mais diversa, representando um pouco melhor a realidade brasileira, isso se deve ao encontro das intenções na realização de um mundo acadêmico mais complexo e, portanto, um pouco mais representativo da realidade brasileira” (p.177).

Percebe-se que apesar desse trabalho contemplar uma realidade muito particular, uma universidade privada da zona sul do Rio de Janeiro, é possível, a partir de sua análise, estabelecer um paralelo com as demais políticas de ação afirmativa no Ensino Superior brasileiro. Em se tratando de um país extremamente desigual e hierarquizado, onde a Universidade sempre foi o “lugar” de uma minoria, de uma elite econômica, as situações de discriminação às quais esses alunos estão submetidos são as mais diversas. Ademais, a autora contribui, substancialmente, para o debate da gênese das políticas de ação afirmativa no Brasil, muito provavelmente por não ser apenas uma espectadora, mas também uma protagonista de um projeto pioneiro de inclusão de alunos negros e pobres no Ensino Superior. Permanece, então, a utopia de que o Ensino Superior seja um sonho com o qual todos os estudantes e suas famílias podem sonhar e assim, construir um Brasil melhor e socialmente mais justo.

Referências

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERES, J.; ZONINSEIN, J. (Orgs.) *Ação afirmativa e universidade experiências nacionais comparadas*. Brasília, Ed. UnB, 2006.

FRASER, N. *Da redistribuição ao reconhecimento*. In SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UNB, 2001.

Nota

1. Assistente Social, Professora e Doutoranda do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio. E-mail: taniajardim@puc-rio.br

Recebido em julho de 2012, aprovado para publicação em setembro de 2012.

